

## TRIBUNAL DE CONTAS

## DESPACHO DO CONSELHEIRO CORREGEDOR

Em 09 de março de 2023

Despacho nº 04/2023 – COGER. Processo nº: 00600-00007685/2022-61-e. Referência: Memorando nº 7/2023 – Comissão PAD. Assunto: Prorrogação de prazo de Processo Administrativo Disciplinar.

Na presente fase, avalia-se o pedido de prorrogação de prazo para conclusão de Processo Administrativo Disciplinar – PAD (e-DOC 308CB880, Peça nº 109), instaurado por meio do Despacho nº 13/2022 – COGER (e-DOC 7FC973FA-e, Peça nº 28) para que a Comissão, designada por meio da Portaria nº 387/2022, conclua os trabalhos de apuração de responsabilidade de servidor.

Decido.

A possibilidade de prorrogação de prazo é amparada pelo § 1º do art. 217 da LC nº 840/2011.

A necessidade de dilação do prazo restou evidenciada pelas diligências ainda em curso no âmbito do processo e as justificativas apresentadas pela Comissão demonstram-se suficientes à concessão do novo prazo.

Nesse sentido, tendo em vista o contido no inciso IV do art. 20 do RITCDF, DECIDO:

I – prorrogar por 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos referente ao processo administrativo disciplinar.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

## INFORMAÇÃO Nº 62/2023 – SEGEDAM

Processo nº 00600-00003198/2022-29-e; Assunto: Dispensa de Licitação – Contratação da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV) para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral (b-CPF e b-CNPJ) – Retorno de Processo.

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação, com base no inciso XVI do art. 24 do mesmo diploma legal, no valor total estimado de R\$ 54.600,98 (cinquenta e quatro mil, seiscentos reais e oito centavos), em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (DATAPREV) para prestação de serviço, compreendendo a distribuição de informações de cadastro com tecnologia Blockchain e o fornecimento de acesso e infraestrutura tecnológica de alto desempenho, capacidade e disponibilidade voltada para o compartilhamento e atualização de dados da base cadastral (b-CPF e b-CNPJ), em meio seguro, condicionada à verificação da validade das certidões negativas.

Brasília/DF, 08 de março de 2023

MÁRCIO MICHEL

Presidente

## INFORMAÇÃO Nº 65/2023 – SEGEDAM

Processo nº 00600-00001539/2023-11; Assunto: Inexigibilidade de licitação – Contratação de instrutoria para ministrar o curso in company: “Exigência e análise das condições de habilitação com base na Lei nº 14.133/2021 – Boas Práticas”.

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c o art. 13, VI e § 3º, ambos da Lei nº 8.666/1993, no valor total de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), em favor da empresa SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA., CNPJ: 11.128.083/0001-15, para atender a despesa com a contratação do curso in company “Exigência e análise das condições de habilitação com base na Lei nº 14.133/2021 – Boas Práticas”, condicionada à verificação da validade das certidões negativas.

Brasília/DF, 09 de março de 2023

MÁRCIO MICHEL

Presidente

## INFORMAÇÃO Nº 70/2023 – SEGEDAM

Processo nº 00600-00001624/2023-71-e; Assunto: Inexigibilidade de licitação – Contratação de instrutor para ministrar o curso in company “Gestão, Regulação e Controle Externo de Sistemas de Transporte Coletivo por Ônibus”.

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II, c/c art. 13, inciso VI e § 3º, ambos da Lei nº 8.666/1993, no valor total de R\$ 16.860,00 (dezesseis mil, oitocentos e sessenta reais), sendo R\$ 14.050,00 (catorze mil e cinquenta reais), referentes aos serviços, e R\$ 2.810,00 (dois mil oitocentos e dez reais) concernente à contribuição social patronal (INSS), em favor do instrutor AIRTON ROBERTO REHBEIN, para a realização do curso in company, sobre o tema “Gestão, Regulação e Controle Externo de Sistemas de Transporte Coletivo por Ônibus”, na modalidade presencial, para uma turma com até 40 (quarenta) participantes, com carga horária de 20 (vinte) horas-aula, a ser realizado na Escola de Contas do TCDF, no período de 20 a 24 de março de 2023, condicionada à verificação da validade das certidões negativas.

Brasília/DF, 10 de março de 2023

MÁRCIO MICHEL

Presidente

## SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

## DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Em 13 de março de 2023

Despacho nº 494/2023 – Segedam; Processo nº 00600-00012947/2022-17-e; Assunto: Reconhecimento de dívida.

No uso da competência delegada no inciso VIII do art. 1º da Portaria TCDF nº 15, de 06 de janeiro de 2023, RECONHEÇO a dívida de exercícios anteriores, no montante de R\$

3.248,22 (três mil, duzentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos), condicionando o pagamento à existência de recursos na dotação orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF.

PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOSSECRETARIA DO CONSELHO ESPECIAL  
E DA MAGISTRATURA

## AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

## AUDIÊNCIA DE ACÓRDÃO

Número Processo: 0724640-88.2022 (0724640-88.2022.8.07.0000 - Res.65 CNJ); Acórdão: 1670024; Relatora: Des. Maria de Lourdes Abreu; Requerente: Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; Requeridos: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL; Advogado: PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL; PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL; Advogados: BERNARDO DE OLIVEIRA TELLES (OAB/DF 42308-A); SIDRAQUE DAVI MONTEIRO ANACLETO (OAB/DF 09717); EDISON DOS SANTOS OLIVEIRA(OAB/DF 555666-A) Curador: PROCURADORA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL; Advogado: LUDMILA LAVOCAT GALVÃO VIEIRA DE CARVALHO; Interessados: (Amicus Curiae): SINDETRAN (Sindicato dos Trabalhadores em Atividade de Trânsito, Policiamento e Fiscalização de Trânsito das Empresas e Autarquias do DF); Advogados: JULIANA ALMEIDA BARROSO MORETI(OAB/DF 21249-A); DANILO OLIVEIRA SILVA(OAB/DF 52610-A); e ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE TRÂNSITO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL; Advogados: DENISE APARECIDA RODRIGUES PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB/DF 8043-A); RAFAEL RODRIGUES DE OLIVEIRA (26962-A); LARISSA RODRIGUES DE OLIVEIRA(OAB/DF 48903-A). EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. LIMINAR. CAUTELAR. REQUISITOS CUMULATIVOS. PROBABILIDADE DO DIREITO. PERIGO DA DEMORA. LEI DE INICIATIVA DO EXECUTIVO. INSTITUIÇÃO DE GRATIFICAÇÕES. DETRAN. GRATIFICAÇÃO POR HABILITAÇÃO DA CARREIRA ATIVIDADES DE TRÂNSITO (GHAT) E POR HABILITAÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (GHPFT). SERVIDORES PÚBLICOS. AUMENTO DE DESPESA. PODER DE EMENDA PARLAMENTAR. RESTRIÇÕES. AUMENTO DE DESPESA. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR. SUSPENSÃO DA EFICÁCIA ATÉ O JULGAMENTO FINAL. 1. A concessão da medida cautelar nas ações de controle objetivo de constitucionalidade exige, cumulativamente, a demonstração da relevância da fundamentação quanto à inconstitucionalidade do dispositivo impugnado com base na probabilidade do direito invocado (fumus boni iuris) e da comprovação do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (periculum in mora), uma vez que se trata de uma exceção ao princípio segundo o qual os atos normativos são presumidamente constitucionais. 2. O exame do caderno processual indica a presença do fumus boni iuris na medida em que revela que o artigo 3º da Lei Distrital nº 7.107/22 é fruto exclusivo de emenda parlamentar a um projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo distrital, dispondo pela via da prerrogativa encartada no poder de emenda acerca da alteração da estrutura remuneratória dos servidores da Carreira de Atividades de Trânsito no âmbito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, o que redundou em aumento de despesas ao governo sem a autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias e prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal, situação que se aloca em posição de aparente confronto com a extração normativa estampada nas diretrizes do artigo 71, §1º, incisos I e II; do artigo 72, inciso I; do artigo 151, incisos I e II; e do artigo 157, §1º, inciso I, todos da LODF. 3. As emendas parlamentares aos projetos de lei de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo são possíveis desde que guardem estreita pertinência temática com o projeto original e que não importem aumento de despesas. Precedentes STF e TJDF. 4. O periculum in mora reside não só tentativa de preservação do equilíbrio entre os Poderes até o exame final do controle de constitucionalidade para equalizar a aparente distensão das competências legislativas entre o legislativo e o executivo na instituição das gratificações previstas no artigo 3º da Lei Distrital nº 7.107/22, mas, sobretudo, para obstar os efeitos normativos que podem irradiar no incremento de gastos públicos com a posterior dificuldade de sua reposição ao erário. 5. Medida cautelar concedida para suspender os efeitos do artigo 3º da Lei Distrital nº 7.104/22 e, por arrastamento, da Lei Distrital 7.173/22, com efeito ‘ex nunc’ e ‘erga omnes’, até o julgamento final da presente demanda. DECISÃO: Deferiu-se a medida cautelar para suspender os efeitos do art. 3º da Lei Distrital nº 7.104, de 2 de abril de 2022, e por arrastamento, da Lei Distrital nº 7.173, de 30 de agosto de 2022, com efeitos ‘ex nunc’ e ‘erga omnes’, até o julgamento final da presente demanda. Decisão unânime. Procede-se a presente publicação em cumprimento ao disposto no artigo 145 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Brasília/DF, 14 de março de 2023

GUILHERME VALADARES VASCONCELOS

Diretor